

HABEAS CORPUS Nº 502.157 - PR (2019/0093676-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : CLEVERSON ANTONIO CREMONEZ
ADVOGADO : CLEVERSON ANTONIO CREMONEZ - PR049690
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RICARDO ALEXANDRE DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : UESLEN DIEGO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RICARDO ALEXANDRE DA SILVA e UESLEN DIEGO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação Criminal n. 1.594.335-2).

Consta dos autos que o Ministério Público do Estado do Paraná denunciou os pacientes, juntamente com o corréus ANDERSON PEREIRA DA SILVA e SANDRA CRISTINA DEZUÓ, como incurso nos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 2211/2223).

Após regular processamento do feito, o Juízo de 1º grau condenou o paciente RICARDO, pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei de Tóxicos, à pena de 3 anos, 1 mês e 15 dias de reclusão, em regime aberto, e multa, substituindo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, por outro lado, os demais denunciados foram absolvidos de todas as imputações (e-STJ fls. 1000/1028).

Inconformados, a defesa do paciente RICARDO e o representante do Ministério Público interpuseram recursos de apelação perante a Corte local.

A 5ª Câmara Criminal do TJPR, à unanimidade, negou provimento ao apelo defensivo e proveu o recurso ministerial para reformar a sentença *a quo* e condenar os denunciados nos termos da denúncia, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 2139):

APELAÇÕES CRIMINAIS - TRAFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - RECURSO PELA DEFESA DO ACUSADO (1) E PELA ACUSAÇÃO (2) - PRETENSÃO CONDENATÓRIA EXARADA PELO ÓRGÃO MINISTERIAL - FARTO CONJUNTO PROBATÓRIO QUE COMPROVA A AUTORIA E A MATERIALIDADE DOS DELITOS IMPUTADOS AOS RÉUS - DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS ALIADOS AS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS QUE ATESTAM DE FORMA CONTUNDENTE A PRÁTICA DE TRAFICO DE DROGAS E DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - PROVAS HÁBEIS A ENSEJAR A CONDENAÇÃO DOS RÉUS - SENTENÇA REFORMADA - DOSIMETRIA DA PENA - ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DA PENA - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA CAUSA DE REDUÇÃO DE PENA PREVISTA NO §4º, DO ART. 33. DA LEI N.º 11.343/06 - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - REFORMA DA SENTENÇA - RECURSO DA DEFESA (1) CONHECIDO E NÃO PROVIDO - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (2) CONHECIDO E PROVIDO.

No presente *habeas corpus*, a defesa sustenta que o Tribunal de origem condenou os pacientes, em relação aos fatos 1, 2, 3, 4 e 5 da denúncia, com base, exclusivamente, nas conversas captadas nos autos do Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico n. 000733-31.2014.8.16.0138, sem observar que não houve apreensão de drogas em relação a esses fatos.

Aduz que, para a caracterização do crime de tráfico de drogas, é imprescindível a prova da materialidade delitiva, caracterizando, portanto, condenação ilegal por ausência de justa causa.

Requer, liminarmente, seja restabelecida a liberdade dos pacientes, até o julgamento definitivo deste *writ*. No mérito, seja reconhecida a nulidade do processo em relação aos fatos contidos na denúncia de 1 a 5 e seja refeita a dosimetria da pena do paciente RICARDO, pois permanece a condenação descrita no fato 6 da inicial acusatória.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, que se confunde com o próprio mérito da impetração.

Isso porque, nesta análise perfunctória, observo que a condenação dos acusados em relação ao crime de tráfico de drogas baseou-se em outros elementos de provas colhidos na fase investigativa, dentre eles os depoimentos policiais e as interceptações telefônicas efetuadas após a autorização judicial, além das 10 (dez) "buchas" de cocaína, pesando aproximadamente 4,1 gramas, encontradas na posse do paciente RICARDO, portanto, diante da ausência dos entorpecentes, há nos autos outros meios aptos, em tese, a comprovar a materialidade do delito em questão.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. RECURSO INTERPOSTO PELAS ALÍNEAS A E C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. ALEGADA AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE POR NÃO EXISTIR LAUDO TOXICOLÓGICO. PRESCINDIBILIDADE. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DO VERBETE SUMULAR N.º 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A demonstração do dissídio jurisprudencial não se contenta com meras transcrições de ementas, sendo absolutamente indispensável o cotejo analítico nos moldes legais e regimentais.

2. A despeito da pacífica orientação desta Corte no sentido da indispensabilidade do laudo toxicológico para se comprovar a materialidade do crime de tráfico ilícito de drogas, já se posicionou esta Col. Quinta Turma (HC 91.727/MS, 5.ª Turma, Rel.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 19/12/2008) no

sentido de que o referido entendimento só é aplicável nas hipóteses em que a substância entorpecente é apreendida, a fim que se confirme a sua natureza.

3. Dessa forma, é possível, nos casos de não apreensão da droga, que a condenação pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 seja embasada em extensa prova documental e testemunhal produzida durante a instrução criminal que demonstrem o envolvimento com organização criminosa acusada do delito, o que, conforme se constata dos excertos transcritos, constitui a hipótese dos autos.

4. Para se chegar a outra conclusão e modificar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, seria necessária a análise aprofundada do contexto fático-probatório dos autos, inviável na via do recurso especial, nos termos do enunciado n.º 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

5. Decisão agravada que se mantém pelos seus próprios fundamentos.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 293.492/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 02/09/2014)

Por fim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas à autoridade impetrada e ao Juízo de 1º grau acerca do alegado na presente impetração, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

